

PLANEJAMENTO DAS

AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

2025



COMISSÃO DE
ACESSIBILIDADE
E INCLUSÃO

TRE | AMAPÁ



PROJETO INTERATIVO





STELLA SIMONNE RAMOS, Juíza Eleitoral - Presidente da Comissão

MILITÃO PERREIRA SOUZA, Representante da Área de Acessibilidade e Inclusão - Secretário Executivo

HELANE FABÍOLA MARECO MAGALHÃES, Representante da Secretariade Gestão de Pessoas – Membra

ELIOENAI WILCESKY TOSINI NEVES, Representante do Setor de Engenharia e Arquitetura – Membro

SORAYA SANTOS DE SOUSA, Representante da Secretaria de Tecnologia da Informação – Membro

PATRICK DAYAN GUIMARÃES PINTO, Representante da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica – Membro

SUELLEN DAMASCENO GEMAQUE, Representante da Área de Sustentabilidade – Membro

RAILSON AMANAJÁS ALMEIDA, Representante da Diretoria-Geral - Membro.



TRIBUNAL REGIONAL DO AMAPÁ
JUSTIÇA ELEITORAL DO AMAPÁ



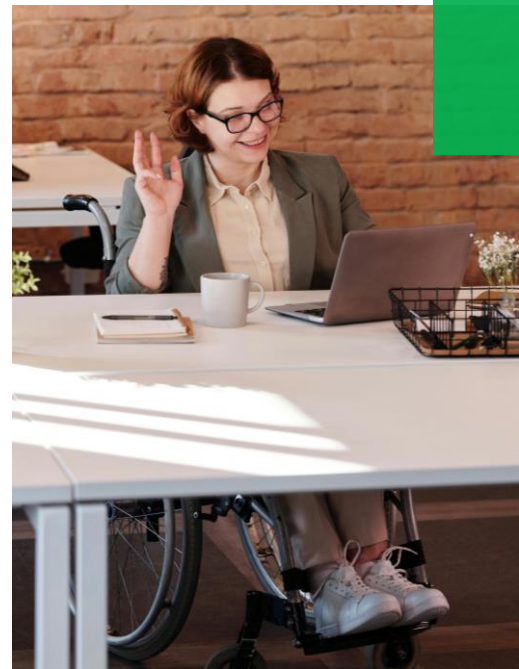
INÍCIO

INTRODUÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP), comprometeu-se com a promoção da acessibilidade e inclusão, adota este Plano de Ações de Acessibilidade e Inclusão como ferramenta estratégica para garantir a participação plena e equitativa de todas as pessoas, incluindo servidores(as), magistrados(as), colaboradores(as) e o público em geral. Este planejamento está alinhado à Resolução CNJ nº 01/2021, que estabelece diretrizes para a acessibilidade e inclusão no Poder Judiciário. Dessa forma, o TRE-AP busca não apenas atender aos critérios normativos, mas também fortalecer sua política institucional de acessibilidade e inclusão.



Com a implementação deste plano, o TRE-AP ratifica seu compromisso com a equidade e com a construção de uma Justiça Eleitoral mais acessível, garantindo que todas as pessoas possam exercer plenamente seus direitos de participação e acesso aos serviços eleitorais.





AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

GESTÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

A gestão da acessibilidade e inclusão no TRE-AP é essencial para garantir que as ações sejam eficazes e sustentáveis a longo prazo. Essa dimensão estabelece uma governança institucional estruturada e a acessibilidade como princípio fundamental na administração do tribunal.

AÇÃO	OBJETIVO	META	CRONOGRAMA		UNIDADE RESPONSÁVEL	RECURSOS NECESSÁRIOS
			INÍCIO	FINAL		
Incluir critérios de acessibilidade em contratos e licitações	Garantir que as contratações considerem requisitos de acessibilidade.	Aplicação da exigência em todos os contratos até dezembro de 2025.	01/01/2025	31/05/2025	Secretaria de Administração e Orçamento (SÃO)	Recursos da própria unidade. Sem necessidade de recursos adicionais.
Criar reserva de 5% das vagas para pessoas com deficiência na ocupação de cargos em comissão e cargos de confiança.	Promover inclusão e equidade na ocupação de cargos de liderança no TRE-AP.	Implementação gradual a partir de janeiro de 2025.	01/01/2025	31/12/2025	Presidência	Recursos da própria unidade. Sem necessidade de recursos adicionais.
Ampliar o número de colaboradores e estagiários com deficiência (PCDs).	Aumentar a representatividade dos PCDs no quadro funcional do TRE-AP.	Ampliar a participação em 5% até dezembro de 2026.	01/03/2025	31/12/2025	Secretaria de Administração e Orçamento (SÃO). Escola Judiciária Eleitoral (EJE).	Recursos da própria unidade. Sem necessidade de recursos adicionais.
Criar indicadores para monitoramento das ações de acessibilidade.	Garantir acompanhamento dos avanços em acessibilidade.	Implementação até setembro de 2025.	01/06/2025	30/09/2025	Assessoria de Planejamento, Gestão, Inovação e Sustentabilidade (ASPLAN).	Recursos da própria unidade. Sem necessidade de recursos adicionais.

“

A verdadeira inclusão não é um favor, mas um direito. Acessibilidade não é sobre adaptar espaços, e sim sobre construir um mundo onde todos possam caminhar com igualdade.

AUTOR DESCONHECIDO

ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

A acessibilidade em serviços é essencial para garantir que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou intelectuais, possam acessar e usufruir dos serviços eleitorais e administrativos de forma igualitária. Esta dimensão contempla a capacitação de servidores(as), ações de sensibilização e promoção da acessibilidade e a oferta de atendimento por profissionais reforçados em Libras, garantindo que o tribunal esteja preparado para atender plenamente as necessidades de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.



INÍCIO

AÇÕES

TRE- AP | PLANEJAMENTO DE AÇÕES DE ACESSIBILIDADE | 2025

AÇÃO	OBJETIVO	META	CRONOGRAMA		UNIDADE RESPONSÁVEL	RECURSOS NECESSÁRIOS
			INÍCIO	FINAL		
Capacitar servidores(as) em atendimento inclusivo e acessível.	Qualificar equipes para atendimento adequado a pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e idosos.	Capacitar 60% dos servidores(as) de atendimento até dezembro de 2025	01/03/2025	30/11/2025	Escola Judiciária Eleitoral (EJE)	Recursos da própria unidade. Custo adicional de R\$ 15.000,00.
Oferecer capacitação em Libras para atendimento ao público.	Garantir que dois servidores(as) por unidade tenham formação em Libras.	Formação de servidores(as) em Libras até dezembro de 2025.	01/04/2025	31/12/2025	Escola Judiciária Eleitoral (EJE)	Recursos da própria unidade. Custo adicional de R\$ 4.000,00.
Realizar eventos e campanhas internas sobre acessibilidade e inclusão	Conscientizar magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as) sobre a importância da acessibilidade e inclusão.	Realizar, no mínimo 3, eventos de acessibilidade e inclusão e promover campanhas, no mínimo mensal, de sensibilização e conscientização.	01/02/2025	31/12/2025	Assessoria de Comunicação (ASCOM) e Escola Judiciária Eleitoral (EJE)	Recursos da própria unidade. Sem necessidade de recursos adicionais.
Garantir que contratos de serviços terceirizados incluam profissionais aptos em Libras	Assegurar atendimento acessível a pessoas surdas.	Inserir a exigência de profissionais capacitados em Libras nos postos de atendimento ao público externo.	01/03/2025	31/12/2025	Secretaria de Administração e Orçamento (SAO)	Recursos da própria unidade. Avaliar a necessidade de custos adicionais nos contratos existentes.

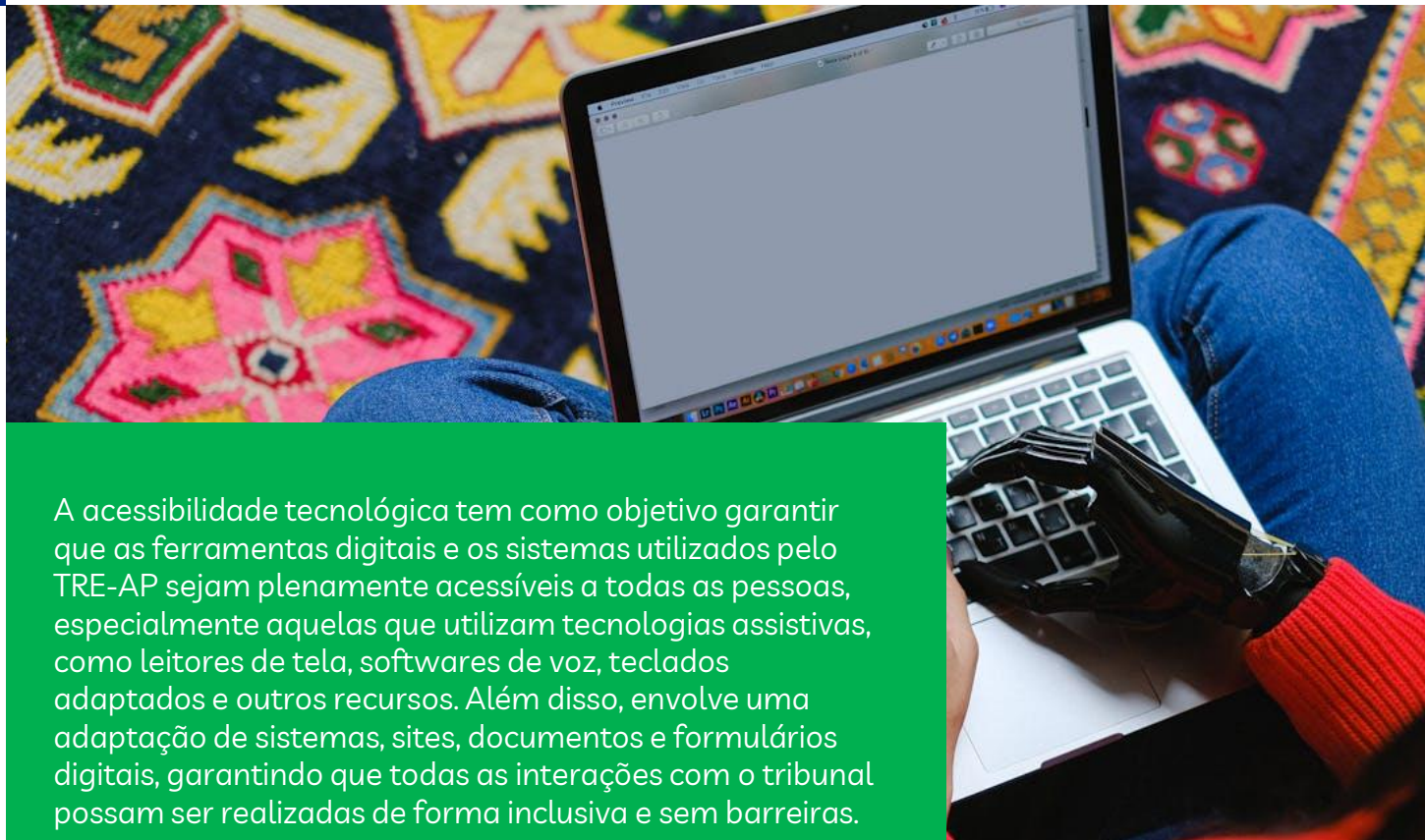


Pág. 9





INÍCIO



A acessibilidade tecnológica tem como objetivo garantir que as ferramentas digitais e os sistemas utilizados pelo TRE-AP sejam plenamente acessíveis a todas as pessoas, especialmente aquelas que utilizam tecnologias assistivas, como leitores de tela, softwares de voz, teclados adaptados e outros recursos. Além disso, envolve uma adaptação de sistemas, sites, documentos e formulários digitais, garantindo que todas as interações com o tribunal possam ser realizadas de forma inclusiva e sem barreiras.

ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA



INÍCIO

AÇÕES

TRE- AP | PLANEJAMENTO DE AÇÕES DE ACESSIBILIDADE | 2025



Pág. 11



AÇÃO	OBJETIVO	META	CRONOGRAMA		UNIDADE RESPONSÁVEL	RECURSOS NECESSÁRIOS
			INÍCIO	FINAL		
Desenvolvimento de um assistente virtual inclusivo.	Criar um chatbot com suporte a Libras e comandos de voz para atendimento acessível	implementação do assistente virtual para atendimento.	01/02/2025	30/10/2025	Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	Recursos da própria unidade. Sem necessidade de recursos adicionais.
Adaptação digital de formulários e documentos.	Garantir que formulários, PDF's e outros documentos sejam compatíveis com leitores de tela e outras tecnologias assistivas	Adaptar 100% dos documentos do portal da Transparência.	01/02/2025	31/12/2025	Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	Recursos da própria unidade. Sem necessidade de recursos adicionais.
Adequação do site institucional e sistemas do TRE-AP para acessibilidade digital.	Tornar as plataformas digitais acessíveis para pessoas com deficiência visual, auditiva e motora.	Garantir 100% de conformidade com as diretrizes internacionais de acessibilidade digital até 2025.	01/02/2025	30/10/2025	Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	Recursos da própria unidade. Sem necessidade de recursos adicionais.
Capacitação de servidores(as) em acessibilidade digital.	Garantir a capacitação de servidores(as) e colaboradores(as).	Capacitar 100% dos servidores(as) de TI e comunicação até 2025.	01/01/2025	31/12/2025	Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e Assessoria de Comunicação (ASCOM)	Recursos da própria unidade. Custo adicional de R\$ 3.000,00.



O Plano de Ações de Acessibilidade e Inclusão do TRE-AP para o exercício de 2025 estabelece diretrizes estratégicas e operacionais para garantir a acessibilidade plena em todas as esferas do tribunal. A implementação dessas ações consolida o compromisso do TRE-AP com a inclusão, equidade e transparência, estabelecendo a acessibilidade como um princípio central da gestão institucional. Para cada dimensão, foram definidas ações concretas, metas, prazos, unidades responsáveis, garantindo um planejamento detalhado e monitorável. A acessibilidade não deve ser vista apenas como uma exigência normativa, mas sim como um compromisso ético, social e institucional. Ao promover a capacitação de magistrados(as) e servidores(as), o TRE-AP se posiciona como referência na promoção da inclusão no Poder Judiciário. Por meio deste planejamento, o TRE-AP reafirma seu papel como um tribunal acessível, inovador e comprometido com a construção de uma Justiça Eleitoral verdadeiramente democrática, garantindo que todas as pessoas possam exercer seus direitos com dignidade, autonomia e igualdade de condições.

CONCLUSÃO





COMISSÃO DE
ACESSIBILIDADE
E INCLUSÃO
TRE | AMAPÁ

OBRIGADO!

asplan@tre-ap.jus.br
55 (96) 98109-4083



Site



Email

